



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA ROSA EM 09.07.2015

Aos 09 dias do mês de julho de 2015, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Ana Maria Lucena Adams, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003383-28.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular RAQUEL NENÊ SANTOS, pela Diretora de Secretaria LARISSA HEINEN e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 30.10.2012

Data da última correição realizada: 13.11.2014

Jurisdição: Alecrim, Alegria, Campinas das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, Senador Salgado Filho, São José do Inhacorá, São Paulo das Missões, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi, Ubiretama.

**1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2014 a 09.07.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01 de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa pertence à 70ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende duas vagas de zoneamento.

##### 2.1.2 Juízes Atuais

Juiz(a)	Situação	Período
Raquel Nenê Santos	Juíza Titular	Desde 09.05.2013
Kelen Patrícia Bagetti	Juíza Substituta Zoneada	Desde 11.03.2013



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Átila da Rold Roesler</b>	<b>Juiz Substituto Zoneado</b>	Desde 13.04.2014
------------------------------	--------------------------------	------------------

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.06.2015)

### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz(a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	<b>Raquel Nenê Santos</b>	<b>Desde 09.05.2013</b>	<b>Juíza Titular</b>	-
1	<b>Jaqueline Maria Menta</b>	10 a 20.03.2014	Juíza Titular em férias (11d)	11 dias
2	<b>Kelen Patrícia Bagetti</b>	04 a 11.08.2014	Juíza Titular em LTS (08d)	38 dias
		16.09 a 15.10.2014	Juíza Titular em férias (30d)	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.06.2015)

### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado

	Juiz(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	<b>Raquel Nenê Santos</b>	Férias	10.03 a 20.03.2014 (11d)	121 dias
			22.03 a 03.04.2014 (13d)	
			05.04 a 13.04.2014 (09d)	
			16.09 a 15.10.2014 (30d)	
			09.02 a 09.03.2015 (29d)	
			09 a 29.06.2015 (21d)	
		LTS	04 a 11.08.2014 (08d)	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.06.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

	Servidor(a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Larissa Heinen	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b> (desde 30.10.2012)	30.10.2012
2	Rogério Steinmetz Ribeiro	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	20.05.2013
*	Joice Coelho Paz	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	31.10.2014



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

3	Jaime Adair Watthier	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	06.11.2012
4	Adriana Rossoni	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	06.11.2012
5	Anai Fuchs Ribeiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	04.08.2014
6	Dayana Cardozo Rohde Fucks	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	19.11.2012
7	Dinara Eliz Schapowal Walker	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	30.10.2012
8	Bruna Angelica De Oliveira Lara	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	02.03.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.06.2015)

\* Servidor exerce Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05), não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
656 processos (média do foro)	501 a 750	8 servidores	7 a 8 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa está **adequado** à quantidade prevista na referida norma.

## 2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Larissa Heinen	Curso ou Evento	6 dias	9 dias
	Curso Parcial	3 dias	



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Rogério Steinmetz Ribeiro	Curso ou Evento	2 dias	2 dias
Joice Coelho Paz	Licença Gestante Prorrogação	31 dias	33 dias
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	2 dias	
Jaime Adair Watthier	Curso ou Evento	3 dias	5 dias
	Curso Parcial	2 dias	
Adriana Rossoni	Doença em Pessoa da Família	6 dias	7 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1 dia	
Dayana Cardozo Rohde Fucks	Curso Parcial	2 dias	11 dias
	Doença em Pessoa da Família	9 dias	
Dinara Eliz Schapowal Walker	Curso Parcial	2 dias	18 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	16 dias	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.06.2015)

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor(a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Luciana Farias Montenegro Bastos	26.08.2013	09.03.2014	6 meses e 13 dias	Lotação na 3ª VT de Passo Fundo Assistente de Juiz (FC05)
2	Samia de Christo Garcia	30.10.2012	27.07.2014	1 ano, 8 meses e 27 dias	Lotação na 1ª VT de Santa Cruz do Sul – Assistente de Juiz Titular (FC05)
3	Roberto Carlos Duarte *	10.03.2014	21.09.2014	6 meses e 11 dias	Lotação no Gab. Des. Flavio Sirangelo – Assistente de Gabinete (FC05)
4	Katia Santos Silva	06.05.2013	02.11.2014	1 ano, 5 meses e 26 dias	Remoção para a 1ª VT de Esteio – Assistente FC02

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.06.2015)

\* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular/Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correcionada.

## 2.2.5 Estagiários

Estagiário	Curso em Andamento	Período
------------	--------------------	---------



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

1	Luana Regina Mittmann da Rosa	Superior em Direito	11.06.2015 a 10.12.2015
---	-------------------------------	---------------------	-------------------------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.06.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Juiz	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
<b>Raquel Nenê Santos</b> Juiz Titular	-	-	142 horas	<b>142 horas</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 23.06.2015)

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor(a)	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Larissa Heinen	95	8 horas	85,5 horas	188,5 horas
Rogério Steinmetz Ribeiro	30 horas	8 horas	107,5 horas	145,5 horas
Joice Coelho Paz	-	20 horas	129 horas	149 horas
Jaime Adair Watthier	62 horas	8 horas	143,5 horas	213,5 horas
Adriana Rossoni	20 horas	8 horas	21 horas	49 horas
Anai Fuchs Ribeiro	-	-	31,5 horas	31,5 horas
Dayana Cardozo Rohde Fucks	20 horas	8 horas	49,5 horas	77,5 horas
Dinara Eliz Schapowal Walker	20 horas	8 horas	57,5 horas	85,5 horas
Bruna Angelica De Oliveira Lara	-	-	20 horas	20 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.06.2015)

\* Gestor da Unidade Judiciária.

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação%	2015	Variação%
----------	------	------	-----------	------	-----------



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	2013-2014		2013-2014 (até maio)		2014-2015	
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	808	801	-0,87%	852	6,37%	
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	117	88	-24,79%	103	17,05%	
Pendentes de finalização na fase de execução***	694	679	-2,16%	634	-6,63%	
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	67	15	-77,61%	70	366,67%	
<b>Total</b>	<b>1.686</b>	<b>1.583</b>	<b>-6,11%</b>	<b>1.659</b>	<b>4,80%</b>	

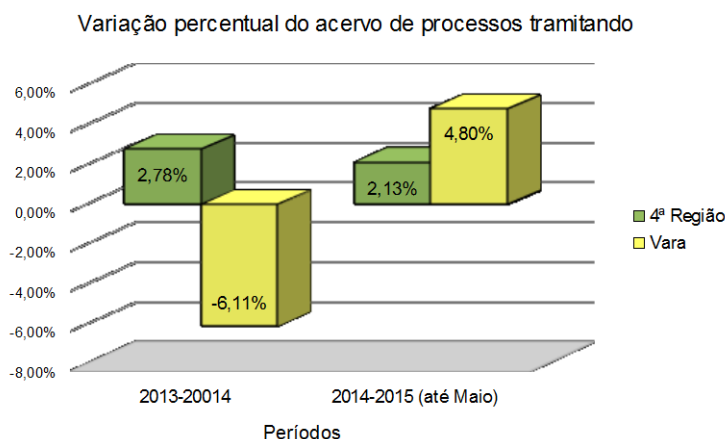
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve redução de 6,11% de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano de 2013, tendo contribuído para esse resultado, em especial, a fase de liquidação e a fase de execução, que apresentaram decréscimo de 29 processos e 15 processos, respectivamente. Verificou-se, igualmente, considerável redução do estoque de cartas precatórias e diminuição de 7 processos na fase de conhecimento. A redução do acervo de processos na Unidade Judiciária em 2014 é elogiável, considerando que na média regional verificou-se aumento de 2,78% no período.



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos pendentes de solução



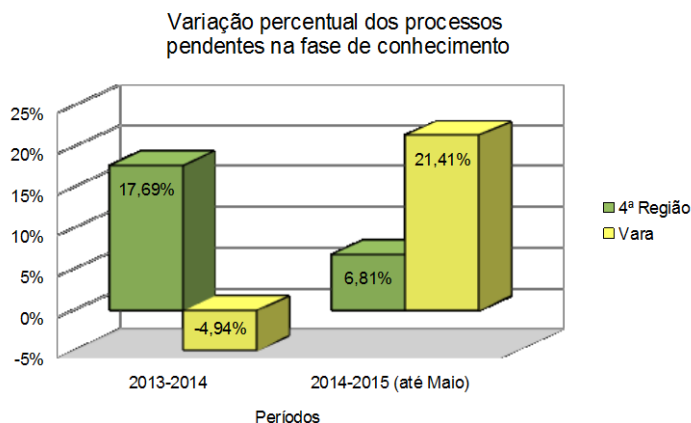
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Casos novos	632	694	9,81%	369	-46,83%
Sentença Anulada/Reformada	10	9	-10,00%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	673	672	-0,15%	301	-55,21%
Processos pendentes de solução	344	327	-4,94%	397	21,41%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se na unidade redução de 4,94% do estoque de processos pendentes da fase de conhecimento, em relação ao período anterior. A Unidade Judiciária apresentou melhor desempenho do que o registrado na 4ª Região em 2014, conforme apontado no gráfico a seguir.



Verifica-se que no ano de 2014 a maior parte dos processos pendentes de solução na fase de conhecimento aguarda encerramento da instrução processual. Além disso é de se elogiar o baixo número de processos aguardando prolação de sentença e a existência de apenas um processo aguardando sentença com prazo vencido na unidade. Especificações no quadro abaixo.

<b>Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento</b>					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Aguardando 1ª sessão de audiência	52	78	50,00%	74	-5,13%
Aguardando encerramento da instrução	223	203	-8,97%	239	17,73%
Aguardando prolação de	45	45	0,00%	70	55,56%



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

sentença – no prazo					
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	24	1	-95,83%	14	1300,00%
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>	<b>327</b>	<b>-4,94%</b>	<b>397</b>	<b>21,41%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

### 3.2.2 Taxa de congestionamento\*

<b>Fase de conhecimento</b>					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	42,03%	35,82%	-14,79%	56,75%	58,45%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	65,93%	48,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior+processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 35,82% no ano de 2014, constatando-se redução de 14,79% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade em 2014 foi inferior ao congestionamento médio regional em 8,51 pontos percentuais.

### 3.2.3 Processos solucionados

<b>Fase de conhecimento</b>							
Solução		2013		2014		2015 (até maio)	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Com exame de mérito	Conciliação	291	43,24	296	44,05	141	46,84
	Julgado procedente	18	2,67	18	2,68	9	2,99
	Julgado procedente em parte	191	28,38	206	30,65	85	28,24
	Julgado improcedente	101	15,01	112	16,67	36	11,96
	Extinto	1	0,15	1	0,15	3	1
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	19	2,82	14	2,08	13	4,32
	Arquivamento (art. 844 CLT)	42	6,24	20	2,98	10	3,32
	Desistência	5	0,74	5	0,74	4	1,33





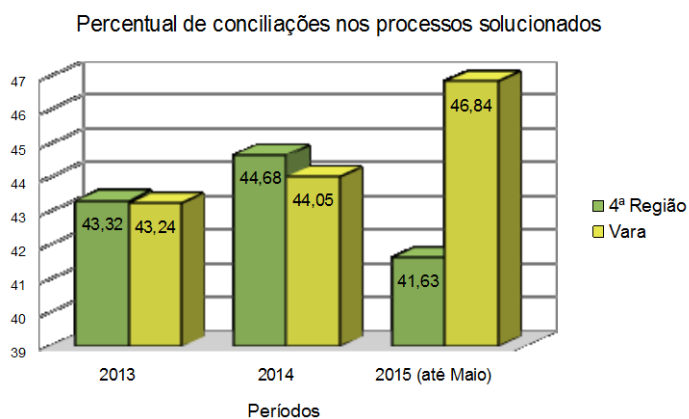
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Outras decisões	5	0,74	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>673</b>	100	<b>672</b>	100	<b>301</b>	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

Verificou-se redução de apenas 1 processo solucionado na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 0,15%. No mesmo período, a média regional apresentou queda de 2,67% no número de processos solucionados.

Excluídas as homologações de acordo, foram proferidas 311 decisões com resolução de mérito em 2013 e 337 decisões em 2014, refletindo ligeiro aumento de 8,36%, enquanto que na média regional verificou-se redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito. Houve, ainda, majoração do número de homologações de acordo (de 291 em 2013 para 296 em 2014), o que refletiu no percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados que se manteve praticamente inalterado. Em decorrência, o percentual de conciliação em relação ao total de processo solucionados na Unidade manteve-se abaixo da média regional. Especificações no quadro abaixo.



### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Varição% 2013-2014	2015 (até maio)	Varição% 2014-2015
Iniciadas	218	243	11,47%	93	-61,73%
Encerradas	257	246	-4,28%	72	-70,73%
Pendentes	116	85	-26,72%	102	20,00%
Em Arquivo Provisório	0	0	-	0	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação diminuiu de 116 em 2013 para 85 em 2014, representando redução de 26,72%. Houve



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

aumento de 11,47% nas liquidações iniciadas e queda de 4,28% no número de liquidações encerradas.

### 3.3.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de liquidação					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	35,43%	31,48%	-11,15%	59,55%	89,19%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	62,42%	41,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - \frac{\text{número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 31,48% no ano de 2014, constatando-se redução de 11,15% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade em 2014 foi inferior ao congestionamento médio regional em 12,68 pontos percentuais.

## 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

### 3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2013	2014	Variação 2013- 2014	2015 (até maio)	Variação 2014- 2015 (até maio)
Entradas	Iniciadas	391	318	-18,67%	111	-65,09%
	Desarquivadas para prosseguimento	0	7	-	8	14,29%
Saídas	Encerradas	381	273	-28,35%	136	-50,18%
	Arquivadas Provisoriamente	85	89	4,71%	36	-59,55%
Pendentes	Exclusivamente de crédito previdenciário	6	3	-50,00%	7	133,33%
	Demais	572	491	-14,16%	418	-14,87%
	<b>Total</b>	<b>578</b>	<b>494</b>	<b>-14,53%</b>	<b>425</b>	<b>-13,97%</b>
Saldo no arquivo Provisório		85	159	87,06%	186	16,98%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

Em 2014, a Unidade Judiciária apresentou redução de 28,35% no número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, queda mais acentuada que a média da regional, onde verificada diminuição de 5,57% no



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

mesmo período. Houve redução de 18,67% no número de execuções iniciadas em 2014, em relação ao ano anterior.

Em decorrência, a Unidade Judiciária diminuiu o estoque de execuções pendentes em 84 processos, o que corresponde à redução de 14,53% em relação ao saldo do ano anterior, enquanto na média regional houve queda de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.

### 3.4.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de execução (sem arquivo provisório)					
	2013	2014	Varição% 2013-2014	2015 (até maio)	Varição% 2014-2015 (até maio)
2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	64,53%	69,53%	7,76%	77,52%	11,49%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	85,69%	21,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - [\text{número execuções encerradas} / (\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas})]$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 69,53% no ano de 2014, constatando-se aumento de 7,76% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade em 2014 foi inferior ao congestionamento médio da 4ª Região em 1,28 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Varição% 2013-2014	2015 (até maio)	Varição% 2014-2015 (até maio)
2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	64,53%	72,17%	11,85%	82,20%	13,89%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	91,84%	8,16%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de execução, ficou em 72,17% no ano de 2014, constatando-se aumento de 11,85% em relação ao índice do ano anterior. A taxa de congestionamento da Unidade em 2014 é 12,74 pontos percentuais menor que a média verificada na 4ª Região.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	2013	2014	Varição% 2013-2014	2015 (até maio)	Varição% 2014-2015
--	------	------	-----------------------	--------------------	-----------------------



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Processos com inclusão de devedor no BNDT	113	75	-33,63%	13	-82,67%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	93	105	12,90%	50	-52,38%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	90	118	31,11%	107	-9,32%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **devem ser realizados com prioridade** pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2013 e 2014 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta, realizada no sistema e-Gestão em 23.06.2015, **não resultaram** processos com execução encerrada definitivamente e que ainda possuam devedores inscritos no BNDT, o que é elogiável.

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	2013			2014			2015 (até maio)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	145	114	35	77	98	11	29	25	21
Antecipações de tutela	53	16	52	77	46	27	72	75	31
Impugnações à sentença de liquidação	19	11	10	17	16	10	6	2	9
Embargos à execução	102	70	44	71	85	24	32	40	9
Embargos à arrematação	2	0	2	1	3	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Exceções de pré-	8	6	2	2	2	2	1	1	2



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

executividade									
<b>Total</b>	329	217	145	246	251	74	140	143	72

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

Analisando os dados do quadro acima, constata-se redução no número de incidentes processuais recebidos no ano de 2014, na comparação com o ano anterior (de 329 para 246). Houve aumento no número de incidentes processuais julgados, de 70 no ano anterior para 85 em 2014. Também houve redução no número de incidentes processuais pendentes.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014 e 2015, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

Processos Físicos	
Processo	Situação
0000228-68.2010.5.04.0751	Em 14/05/2015 foi registrado no inFOR o protocolo de "Embargos de Declaração". Em 15/05/2015 foi publicada decisão acolhendo os embargos. No entanto, não houve lançamento do andamento de julgamento do incidente, permanecendo este pendente junto ao e-Gestão.
PJe	
Processo	Situação
0020023-21.2014.5.04.0751	Em 28/04/2014 foi protocolado Embargos de Declaração. Em 29/09/2014 são opostos novos Embargos de Declaração. Em 22/01/2015 foi publicada decisão e lançado o andamento "Acolhidos em Parte os Embargos de Declaração de ITAU UNIBANCO S.A." Como não houve lançamento de baixa de ambos os Embargos de Declaração opostos, permanece a pendência de um incidente junto ao e-Gestão.
0020164-37.2014.5.4.0752	Em 11/08/2014 foi registrado no PJe, pela parte reclamada, equivocadamente, protocolo de documento tipo "Impugnação à sentença de liquidação". Não houve registro, no sistema, de baixa do incidente (ainda que meramente formal), permanecendo este pendente junto ao e-Gestão.
0020615-62.2014.5.04.0752	Em 04.03.2015 foi protocolado incidente do tipo "Embargos de Declaração". Em 12.03.2015 foi lançado andamento de conclusão para julgamentos dos Embargos de Declaração. Em 13.03.2015 foi proferida decisão não conhecendo do incidente. Não foi lançado o andamento de baixa respectiva, permanecendo o incidente em aberto no e-Gestão bem como nas pendências da magistrada.

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão, inFOR e PJe em 26.06.2015)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

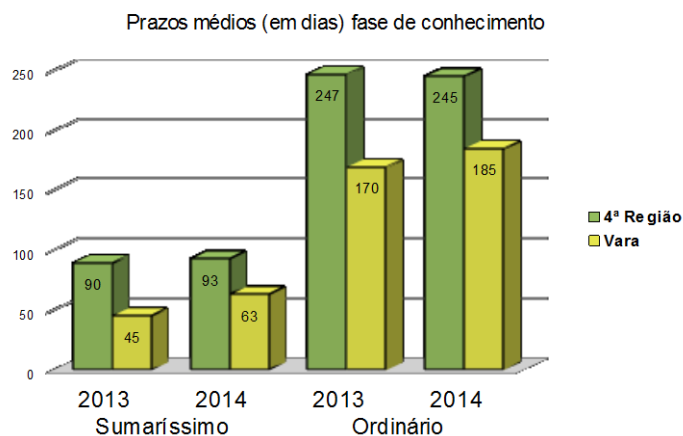
### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	45,39	63,23	39,30%	61,19	-3,22%
	Ordinário	169,75	185,35	9,19%	174,61	-5,79%
	Total	163,05	178,75	9,63%	169,3	-5,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

Em 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação até a prolação de sentença alcançou 63,23 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, equivalendo a um aumento de 39,30% em relação à média do ano anterior. Nas ações ordinárias o lapso de tramitação processual foi, em média, de 185,35 dias, sendo 9,19% mais moroso na comparação com 2013.

Na comparação com os prazos aferidos, em média, na 4ª Região (92,57 dias nos processos sumaríssimos e 245,25 dias nas ações ordinárias), o prazo da Unidade, em 2014, foi mais célere 31,70% e 24,43%, respectivamente. Especificações no gráfico abaixo.



### 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)



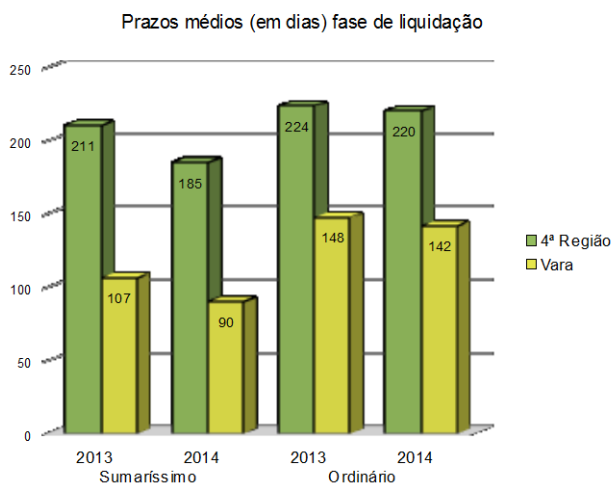
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	106,5	90	-15,49%	58,33	-35,19%
	Ordinário	147,8	141,58	-4,21%	129,17	-8,76%
	Total	147,47	140,89	-4,46%	126,04	-10,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, apresentou redução de 4,46% em relação ao ano anterior. Nos processos de rito sumaríssimo foram consumidos, em média, 90 dias e nas ações ordinárias, 141,58 dias.

O lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária mostrou-se bastante reduzido quando comparado com o desempenho da média regional, sendo mais célere em 51,30% e 35,68% nos ritos sumaríssimo e ordinário, respectivamente. Especificações no gráfico abaixo.



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Do início ao encerramento da execução	Ente Privado	171,70	364,46	112,26%	521,36	43,05%
	Ente Público	242,95	455,42	87,45%	752,75	65,29%
	Total	175,83	371,06	111,04%	536,78	44,66%

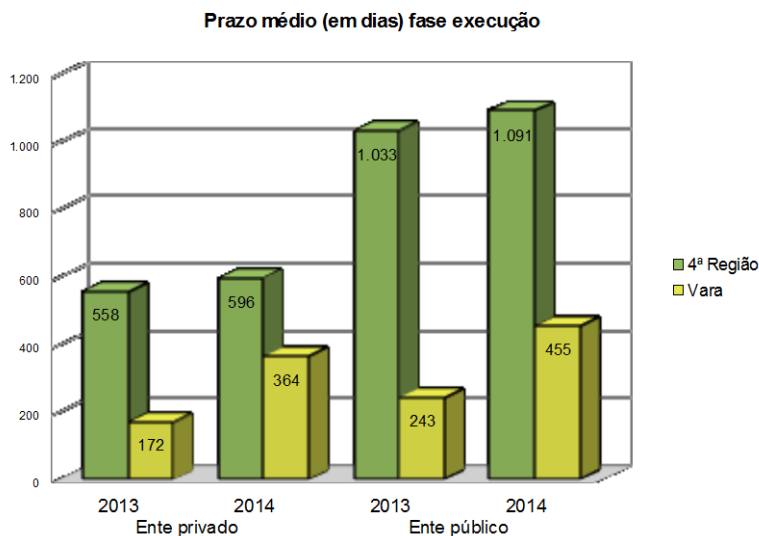
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

O prazo de tramitação processual na fase de execução aumentou na Unidade Judiciária. Em 2014, o prazo médio de tramitação foi de 371,06 dias, o qual foi 111,04% maior do que o prazo do ano anterior, o que merece atenção.

Na comparação com os dados da 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que os prazos de tramitação na Unidade Judiciária são inferiores à média regional em 38,88% nos processos em que o executado é ente privado, e 58,25% quando o executado é ente público.



## **5 METAS**

### **5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014**

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

<b>META 2/2009 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
1	<b>Meta não cumprida</b>
<b>Processo nº 0053800-32.1993.5.04.0751</b>	
Processo suspenso, aguardando o trânsito em julgado do processo nº 0052700-76.1992.5.04.0751, por sua vez pendente de julgamento do AIRE 699600-61.2003.5.99.0000), sobrestado em face da decisão de repercussão geral (Tema 308), sendo o último andamento naqueles autos conclusão ao Vice-Presidente do TST para despacho em 31.05.2015.	

**5.1.2. Meta 2 – 2010:** *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007”.*

<b>META 2/2010 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

1	<b>Meta não cumprida</b>
<b>Processo nº 0053800-32.1993.5.04.0751</b>	
Processo suspenso, aguardando o trânsito em julgado do processo nº 0052700-76.1992.5.04.0751, por sua vez pendente de julgamento do AIRE 699600-61.2003.5.99.0000), sobrestado em face da decisão de repercussão geral (Tema 308), sendo o último andamento naqueles autos conclusão ao Vice-Presidente do TST para despacho em 31.05.2015.	

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

**5.2.1. Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”

<b>META 1/2014 CNJ</b>			
Distribuídos até 31.12.2014	Solucionados até 31.12.2014	%	Resultado
694	672	96,83%	<b>Meta não cumprida</b>

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”

<b>META 2/2014 CNJ</b>			
<b>Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011</b>			
Processos não julgados até 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
0	0	-	<b>Meta inaplicável *</b>
<b>Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012</b>			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
493	403	81,74%	<b>Meta cumprida</b>

(\*) Não se aplica, pois a unidade judiciária foi instalada em 30.10.2012.

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

<b>META 5/2014 CNJ</b>		
Tipo de execução	% de redução/aumento do congestionamento	Resultado
Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	+186,78	<b>Meta cumprida</b>
Execução Fiscal	(*)	

(\*) Não se aplica a meta quanto às execuções fiscais, pois não houve ingresso de execuções fiscais no ano de 2012, considerando que a Unidade foi instalada em 30.10.2012.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

### 5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.04.2015	Solucionados até 30.04.2015	%	Resultado
369	301	81,57%	Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014.	Única	322
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015.	Mensal	11
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	Única	271

\*Percentual de cumprimento da meta=  $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado parcial (até maio)
97,30%	Meta ainda não cumprida*

\*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

**5.3.3 - Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.05)	Execuções baixadas* em 2015 (até 31.05)	Grau de Cumprimento	Resultado
111	155	139,64%	Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta

\*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (até 31.05.2015)	Meta de processos para 31.12.2015
1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda.	3	2	2
2º) Estado do Rio Grande do Sul	10	4	9
3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	5	1	4
4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	19	8	18
5º) União	3	2	2
6º) Oi S.A.	5	4	4
7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	11	10	10
8º) Caixa Econômica Federal - CEF	7	15	6



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

9º) Banco do Brasil S.A.	5	14	4
10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição	0	0	0

### 5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 – até 31.05	Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015	Resultado parcial
228,17	178,75	169,3	176,96	Período de apuração insuficiente para verificar seu cumprimento

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.05)	Meta para 2015	Resultado Parcial
Total de acordos	291	296	293,5	141	297	Período de apuração insuficiente para verificar seu cumprimento
Média mensal de acordos	24,25	24,67	24,46	47	24,75	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada no quadro abaixo.

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	6 (I) 2 (U) 3 a 4 (P)	6 (I) 2 (U) 3 a 4 (P)	-	-
Tarde	-	6 (I) 3 a 4 (P)	6 (I) 3 a 4 (P)	-	-

(Fonte: Consulta ao Secretário de Audiência em 09.07.2015).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

**Legenda:**

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última data marcada	Próxima data livre
Inicial	05.08.2015	22.07.2015
Una Sumaríssimo	29.07.2015	28.07.2015
Instrução	01.12.2015	28.10.2015
Tentativa de acordo em execução		

(Fonte: Livro Pauta. Consulta em 09.07.2015)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	Sumaríssimo	33,95	40,79	20,14%	42,74	4,79%
	Ordinário	45,63	45,9	0,60%	49,58	8,01%
	Total	45,21	45,61	0,90%	49,29	8,06%

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 25.06.2015)

Em 2014, o prazo transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de 40,79 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e de 45,9 dias nas ações ordinárias, refletindo aumento médio total de 0,90%. Mantiveram-se dentro da média considerada como adequada (de até quarenta dias) para unidades desse porte.

Os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis. Em consulta ao livro pauta na data da inspeção, em 09.07.2015, foi constatado que as audiências iniciais estavam sendo designadas para dali a **19** dias nos processos sumaríssimos e **13** dias nas ações ordinárias.

## 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

No dia da inspeção correcional, 09.07.2015, as audiências de prosseguimento estavam sendo designadas com variação do prazo de 109 a 144 dias, prazo melhor do que aquele que se tem por adequado para unidades com semelhante movimentação processual (de até 180 dias).

## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz	Audiências Realizadas - 2014				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Kelen Patrícia Bagetti	23	11	0	0	<b>34</b>
Raquel Nenê de Azevedo	615	359	40	10	<b>1.024</b>
<b>TOTAL</b>	<b>638</b>	<b>370</b>	<b>40</b>	<b>10</b>	<b>1.058</b>

Juiz	Audiências Realizadas - 2015				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Raquel Nenê de Azevedo	241	141	11	2	<b>395</b>
<b>TOTAL</b>	<b>241</b>	<b>141</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>395</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

## 6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Magistrados	Solucionados - 2014					Total de processos solucionados
	Com Exame de Mérito			TOTAL	Sem Exame de Mérito	
	Conciliações	Julgados	Outras decisões			
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	-	4	0	4	-	<b>4</b>
Cláudio Roberto Ost	-	6	0	6	-	<b>6</b>
Kelen Patrícia Bagetti	9	5	0	14	-	<b>14</b>
Raquel Nenê de Azevedo	286	292	1	579	39	<b>618</b>
Valtair Noschang	-	29	0	29	-	<b>29</b>
Juiz não informado (*)	1	0	0	1	-	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>296</b>	<b>336</b>	<b>1</b>	<b>633</b>	<b>39</b>	<b>672</b>

Magistrados	Solucionados - 2015				
-------------	---------------------	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	Com Exame de Mérito				Sem Exame de Mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Cláudio Roberto Ost	-	1	0	1	-	1
Kelen Patrícia Bagetti	-	1	0	1	-	1
Raquel Nenê de Azevedo	141	128	3	272	27	299
<b>TOTAL</b>	141	130	3	274	27	301

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.06.2015)

(\*) O Sistema e-Gestão, na data da consulta, não retornou valores com o nome do juiz.

## 6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Raquel Nenê Santos		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
Conclusão mais antiga: 12.03.2015		
0020233-69.2014.5.04.0752*	0020291-72.2014.5.04.0752*	0020526-39.2014.5.04.0752*
0020290-87.2014.5.04.0752*	0020053-56.2014.5.04.0751*	0020463-14.2014.5.04.0752*
0020581-87.2014.5.04.0752*	0020049-16.2014.5.04.0752*	0020190-98.2015.5.04.0752*
0020219-51.2015.5.04.0752*	0020292-57.2014.5.04.0752*	0020545-45.2014.5.04.0752*
0020423-32.2014.5.04.0752*	0020008-15.2015.5.04.0752*	0020088-76.2015.5.04.0752*
0020521-17.2014.5.04.0752*	0020118-14.2015.5.04.0752*	0020543-75.2014.5.04.0752*
0020354-97.2014.5.04.0752*	0020519-47.2014.5.04.0752*	0020540-23.2014.5.04.0752*
0020551-52.2014.5.04.0752*	0020118-48.2014.5.04.0752*	0020562-81.2014.5.04.0752*
0020144-49.2014.5.04.0751*	0020418-10.2014.5.04.0752*	0020547-15.2014.5.04.0752*
0020101-75.2015.5.04.0752*	0020420-77.2014.5.04.0752*	0020247-19.2015.5.04.0752*
0020611-25.2014.5.04.0752*	0020431-09.2014.5.04.0752*	0020560-14.2014.5.04.0752*
0020510-85.2014.5.04.0752*	0020062-78.2015.5.04.0752*	0020580-05.2014.5.04.0752*
0020514-25.2014.5.04.0752*	0020320-25.2014.5.04.0752*	0020444-08.2014.5.04.0752*
<b>Total: 39 processos</b>		

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 06.07.2015)

\* Processos pendentes de sentença na data da Correição, julgados posteriormente

## 6.9 PROCESSOS QUE CONSTAM COMO CONCLUSOS PARA DECISÃO POR ERRO DE ANDAMENTO NO SISTEMA



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Juíza Raquel Nenê Santos

0020615-62.2014.5.04.0752 \*\*

\*\* já apontado no item 3.5.

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

A 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa adota o critério da distribuição do trabalho por tarefas, tanto nos processos que tramitam por meio físico quanto nos processos eletrônicos. O atendimento ao balcão é realizado, na parte da manhã, por Luana e, à tarde, em sistema de rodízio. Considerando que a CCDF se encontra instalada no mesmo recinto, os servidores nela lotados também atuam no atendimento ao público (que é cada vez menor em face da instalação do PJe-JT desde 2012).

No final da tarde, a CCDF remete para a Unidade Judiciária o protocolo do dia (inclusive das petições recebidas pelo sistema VIPE). Incumbe a Bruna e Dinara a localização de autos em relação às petições protocoladas. Já a lavratura dos termos de juntada das petições recebidas incumbe ao servidor que realizar o exame do protocolo e lançamento da minuta de despacho.

Larissa, Jaime e Dayana efetuam a análise de petições e minuta de despachos do protocolo, a certificação do prazo e minuta de despachos respectivos, bem como o exame dos processos que retornam do TRT.

Os cumprimentos (como expedição de notificações, ofícios e de cartas precatórias, incluindo os documentos da execução) recaem, independentemente da fase processual, sobre Anaí, Bruna e Dinara.

Os cumprimentos da sala de audiências são efetuados pela secretária de audiência, Adriana.

Incumbe a Dina o recebimento e expedição de malotes, bem como a remessa dos processos ao TRT. Os convênios Bacen Jud, Infojud e Renajud são manejados por Larissa.

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES**

Em dia.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS**

Em dia.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS**

Em dia.

### **7.4 EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS**

Em dia.





## 7.5 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Não se verificaram pendências.

## 7.6 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPV'S

Em dia.

## 7.7 JUNTADA DE PETIÇÕES

Em dia.

## 7.8 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Estava sendo examinado o protocolo do dia anterior (08.07.2015).

## 7.9 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação do prazo é realizada semanalmente. Na data da inspeção (em 09.07.2015), estava sendo certificado o prazo que venceu a partir de 09.07.2015.

## 7.10 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Em dia.

## 7.11 CONVÊNIOS

Em dia.

## 7.12 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Em dia.

## 7.13 EXAME DOS LIVROS

### 7.13.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0110800-28.2009.5.04.0751	19/06/2015	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.07.2015)

### 7.13.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

Em consulta ao Sistema inFor, em 01.07.2015, verificou-se que não há processos em carga com peritos com prazo vencido há mais de 10 dias.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

### 7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

Em consulta ao Sistema inFor, em 01.07.2015, verificou-se que não há mandados a serem cumpridos por oficiais de justiça com prazo vencido há mais de 10 dias.

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 27.05.2015, uma listagem contendo 100 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	<b>Processo nº 0001380-54.2010.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Solucionado. <b>Aspectos formais:</b> Termo de juntada à fl. 242 não faz referência expressa aos documentos que acompanham a manifestação. <b>Movimentação processual:</b> sem apontamentos.	
2	<b>Processo nº 0006500-49.2008.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> Documentos de tamanho reduzido acostados no verso das fls. 640 e 641, embora quantificados, não foram numerados e rubricados bem como, assim como os do verso das fls. 503, 552 e 553, não identificam o servidor e o respectivo cargo. Termo de juntada à fl. 562-v não faz referência expressa à peça processual trazida (Embargos à Execução). <b>Lançamentos do inFOR:</b> no andamentos “Petição protocolada” (lançamento 55) constou o complemento “CÁLCULO–requerimento/manifestação sobre”, quando o correto é “EMBARGOS À EXECUÇÃO/PENHORA–apresentação”, conforme fls. 563-70; No andamento “Petição protocolada” (lançamento 73) constou no complemento “OUTROS – movimentação não nominada”, quando o correto é “RECURSO – interposição (Agravo de Petição)”, conforme fls. 580-2. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
3	<b>Processo nº 0001383-09.2010.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> sem apontamentos. <b>Movimentação processual:</b> sem apontamentos.	
4	<b>Processo nº 0000779-48.2010.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> Ausência de certidão na capa dos autos, retificando a autuação, conforme despachos das fls. 364, 393 e 528; Documentos de tamanho reduzido acostados no verso das fls. 367, 369, 394, 413, 449 e 530, embora quantificados, numerados e rubricados, não identificam o servidor e o respectivo cargo; Termo de juntada à fl. 371-v apresenta rasura na data, sem ressalva; Termos de juntada às fls. 425-v e 519-v não fazem referência expressa aos documentos que acompanham as petições; Termo de juntada à fl. 558-v (de 02.06.2015) não reflete a ordem cronológica dos atos processuais, pois posterior à data do termo de conclusão seguinte lançado em 26-05-2015 (fl. 560). <b>Movimentação processual:</b>	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

nada a apontar.	
5	<b>Processo nº 0179300-20.2007.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
6	<b>Processo nº 0000024-24.2010.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
7	<b>Processo nº 0001412-59.2010.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Solucionado. <b>Aspectos formais:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Lapso superior a dez dias entre a publicação da sentença em 30-07-2014 (fs. 224-5) e expedição das notificações às partes em 18-08-2014 (fls. 226-8).	
8	<b>Processo nº 0000679-59.2011.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Liquidação. <b>Aspectos formais:</b> Documentos de tamanho reduzido acostados nas fls. 400 e 424-v, embora quantificados, numerados e rubricados, não identificam o servidor e o respectivo cargo; Não foi certificado o decurso do prazo assinado na notificação da fl. 408, sem que o reclamante se manifestasse. <b>Laçamentos do inFOR:</b> Não constou o andamento "Liquidação homologada" após a decisão que julga líquida a sentença. <b>Movimentação processual:</b> Sem apontamentos.	
9	<b>Processo nº 0000704-72.2011.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento. <b>Aspectos formais:</b> Documentos de tamanho reduzido acostados nas fls. 801 e 823, embora quantificados, numerados e rubricados, não identificam o servidor e o respectivo cargo; Ausência de certidão na capa dos autos, retificando a autuação, conforme determinado no despacho da fl. 832. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
10	<b>Processo nº 0000007-51.2011.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> Ausência de certidão na capa dos autos, retificando a autuação, a fim de excluir do polo passivo a reclamada Alibem Alimentos S/A (despacho da fl. 473). <b>Movimentação processual:</b> Cálculos de liquidação do contador foram juntados em 16-03-2015 (fls. 409-440) e novo impulso ocorreu somente 15-04-2015 (notificações das fls. 445-46).	

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

Mediante consulta ao exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 22.06.2015 do INFOR, não se verificou irregularidades de andamentos passíveis de apontamento, o que é elogiável.

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

#### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **é ordenada** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

#### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é determinada** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

#### 9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado na Unidade Judiciária em **30.10.2012**. O trabalho é distribuído por tarefas.

Todos os servidores da Unidade Judiciária estão capacitados para atuar no PJe, embora alguns atuem preponderantemente em processos físicos, que ainda persistem em grande número.

A designação de pauta se dá automaticamente. A orientação é de que a triagem inicial seja realizada diariamente pela servidora Bruna.

O exame de prevenção é efetuado diariamente pela magistrada titular

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativas da movimentação e gerenciamento, pela Secretária, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 06.07.2015, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretária. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Último Movimento
Processos	-	01	20015-41.2014	08.07.2015



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

c/petições avulsas				
C/pedido de tutela não apreciados	-	<b>00</b>	-	-
C/petições não apreciadas	-	<b>16</b>	todos de 08 e 09.07.2015	
c/habilitações não lidas	-	<b>00</b>	-	-
Mandados devolvidos OJ	-	<b>01</b>	20030-73.2015	08.07.2015
<b>Pasta</b>	<b>Subpastas</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Último Movimento</b>
Aguardando ciência decisão ConPra	-	<b>2</b>	20164.37.2014	08.07.2015 (término do prazo)
Aguardando ciência	-	<b>43</b>	20287-98.2015	08.07.015 (término do prazo)
Aguardando cumprimento de acordo ou pagamento	Por prazo quinzenal, mais uma pasta – “RPHP – restituição à reclamada”	<b>88</b>	Pasta mais antiga de 01 a 15.07.2015, cm 3 processos aguardando pagamento, ainda no prazo)	Prazo ainda não vencido
Aguardando cumprimento prov	Por prazo, de 10 em dias dias, mais uma pasta de “URGENTES”	<b>73</b>	20154-56.2015 (na pasta de 01 a 10.07.2015)	Aguardava prazo para manifestação acerca do laudo técnico.
Aguardando cumprimento exec.	Por prazo, de 10 em 10 dias, mais duas pastas: - Bacen lançado” - Bacen para lançar”	<b>40</b>	20339-31.2014 (na pasta de 01 a 10.07.2015)	Prazo ainda não havia vencido
Aguardando cumprimento liq.	Por prazo, de 10 em 10 dias	<b>3</b>	20615-62.2014	Prazo ainda não havia vencido
Aguardando término dos prazos	-	<b>123</b>	Todos aguardando término dos prazos efetivamente	-
Apreciar urgentes	-	<b>00</b>	-	-
Controle manual prazo pós sent.	-	<b>00</b>	-	-
Prazos vencidos	-	<b>00</b>	-	-
Triagem inicial	-	<b>00</b>	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correção)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente. A designação de audiências iniciais é automática, observando, a Unidade, o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Verificou-se uma excelente gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, com organização das pastas e subpastas no interior de cada tarefa, facilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se à Diretora de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para manter a qualidade do controle da movimentação processual.

### **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT**

A Unidade Judiciária não necessitou do apoio do SAT no período correccionado.

### **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa se localiza, juntamente com a Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e Central de Mandados, nas dependências de prédio locado em frente às instalações da 1ª Vara do Trabalho.

Verificou-se que o número de servidores (oito) está **adequado** ao previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 7 a 8), considerando a média trienal.

Todos os servidores participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se média de 106 horas/cursos por servidor.

No período correccionado, a movimentação na lotação envolveu quatro servidores.

Em relação aos afastamentos, o mais significativo decorreu de prorrogação de licença gestante da servidora Joice (31 dias).

Houve adesão de 4 servidores da Unidade Judiciária ao movimento grevista dos servidores do judiciário federal ocorrido no primeiro semestre de 2014. Em 2015, 4 servidores haviam aderido ao movimento paredista.

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em tramitação, em 2014, reduziu em relação ao ano de 2013 (decréscimo de 6,11%), alcançando 1.583 processos, ao passo que na 4ª Região apurou-se crescimento médio do estoque de processos em tramitação de 2,78%.

Em relação ao estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, a Unidade Judiciária reduziu 4,94% em 2014, na comparação com 2013, com diminuição de 17 processos, apresentando desempenho melhor do que o aferido na 4ª Região, que aumentou 17,69%.

Ingressaram 694 casos novos na unidade. O número de processos aguardando prolação de sentença no prazo manteve-se no mesmo patamar (45 processos), reduzindo significativamente, por outro lado, o número de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

processos com prazo vencido (que passou de 24 em 2013 para 1 em 2014), o que deve ser elogiado.

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária reduziu de 42,03% em 2013 para 35,82% em 2014, passando a situar-se abaixo do congestionamento médio regional, de 44,33%.

A Unidade Judiciária manteve praticamente inalterado o número de processos solucionados em comparação com o ano anterior (ligeira redução de 0,15%), enquanto na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. O número de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo), cresceu 8,36% na Unidade Judiciária em comparação com o ano de 2013, sendo que, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%.

Na fase de liquidação, houve redução de 26,72% no número de liquidações pendentes em 2014, repercutindo no índice de congestionamento da Unidade Judiciária, que diminuiu 11,15%, passando de 35,43% em 2013 para 31,48% em 2014, permanecendo abaixo do congestionamento médio apurado na 4ª Região, de 44,16%.

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária reduziu em 28,35% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve redução média de 5,57%. Apesar disso, o estoque de processos pendentes da fase de execução diminuiu 14,53%, desempenho superior ao aferido na 4ª Região, que apresentou queda de 2,50% no acervo de processos pendentes da fase de execução.

A despeito da redução do número de execuções pendentes, a taxa de congestionamento da unidade na fase de execução aumentou de 64,53% em 2013 para 69,53% em 2014 (acréscimo de 7,76%), permanecendo de qualquer forma menor que o congestionamento médio da 4ª Região, de 70,81%, no mesmo período.

Observou-se que, em relação às Metas do CNJ, não foi atendida a Meta 01/2014. Cumpridas as Meta 02, 05 e 6/2014. Em relação às Metas de 2015, já adimplida a Meta 06/2015. Quanto às demais Metas do CNJ (Meta 01, 02, 05 e as específicas para a Justiça do Trabalho), o período de apuração é insuficiente para verificar seu cumprimento.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se aumento médio de 9,19% na fase de conhecimento. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 63,23 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 185,35 dias, mais célere, entretanto, que o aferido, em média, na 4ª Região, que apresentou prazo médio de 93 dias nos processos sumaríssimos e 245 dias nas ações ordinárias.

Na fase de liquidação, o prazo de tramitação processual alcançou 90 dias nos processos sumaríssimos e 142 dias nas ações ordinárias, mantendo-se abaixo do prazo médio regional, de 185 dias nas ações sumaríssimas e 220 dias nos processos ordinários.

No pertinente à fase de execução, houve majoração de 111,04% no prazo médio de tramitação processual, passando para 364 dias, quando o



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

executado é ente privado, e para 455 dias, quando a execução é contra ente público, o que requer atenção, embora abaixo da média da 4ª Região nas quais apurados prazos médios de 596 e 1.091 dias, respectivamente.

Verificou-se ainda que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para as audiências iniciais situou-se dentro da média que se tem por adequada (até quarenta dias) para unidades desse porte.

Já no pertinente ao prazo para realização das audiências de prosseguimento, na data da inspeção, estava sendo observado o lapso de 109 a 162 dias, prazo inclusive melhor do que o parâmetro recomendado para unidades com semelhante movimentação processual (de até 180 dias).

No pertinente aos processos eletrônicos, verificou-se que são movimentados regularmente, que a designação de audiências iniciais observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria e que as pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa têm organização adequada.

Nota-se, outrossim, que a exclusão da lista do BNDT daqueles que já quitaram seus débitos, vem recebendo atenção pela Unidade Judiciária, não tendo sido verificada nenhum processo irregular, essencial como forma de disseminação positiva da viabilidade, efetividade e respeitabilidade desse sistema.

Verificou-se, ainda, a partir do exame, por amostragem, dos autos físicos, que a Unidade Judiciária, em 2014, como regra vem atendendo aos prazos legais para prática dos atos processuais, o que é elogiável.

## **12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

### **ITENS 3.5 E 6.9 (“Incidentes Processuais” e “Sentenças pendentes por erro de andamento”)**

Determina-se que, em relação aos processos mencionados nos itens 3.5 e 6.9 a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados nos sistemas informatizados, efetuando lançamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão, bem como para retirar os processos das pendências dos magistrados.

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

#### **ITEM 5.1.1. e 5.1.2. (Meta CNJ 2 - 2009)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária siga monitorando a suspensão do processo nº 0053800-32.1993.5.04.0751, observando tramitação prioritária, assim que julgada a ação popular que deu origem à suspensão de tal ação.

#### **ITEM 5.3.1. (Meta CNJ 1 - 2015)**





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a Meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, e que os dados parciais de 2015, colhidos até 30.04.2015, apontam tendência de manutenção do quadro.

**ITEM 5.3.2 (Meta CNJ 2 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 2, identificando e julgando, até 31.12.2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013.

**ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

**ITEM 5.3.5 (Meta CNJ 7 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

**ITEM 5.3.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)**

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumentar, em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014.

**ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)**

Recomenda-se que os prazos médios para a realização das audiências iniciais sejam mantidos em até 40 dias, que se tem por adequado para unidades desse porte.

Com relação às audiências de prosseguimento para fins de encerramento da instrução recomenda-se, de igual forma, seja mantido o prazo médio que vem sendo observado, não ultrapassando o prazo de 180 dias tido por razoável para unidades com semelhante movimentação processual.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

### **ITENS 7.13.1 (“Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias”)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)**

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) proceda aos lançamentos obrigatórios no inFOR bem como daqueles que importem alteração de fase e repercutam no e-GESTÃO, como os andamentos relativos ao recebimento de recurso, homologação de liquidação e extinção da execução;
- b) proceda à certificação, na capa dos autos, da alteração, no curso da lide, dos dados que compõem a autuação, registrando no sistema informatizado, vedada a utilização de traço, rasura e qualquer outro meio de sobreposição do termo anterior;
- c) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG/TST) e evitando lacunas e espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);
- d) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, observando o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR/TRT;
- e) quando da juntada de documentos reduzidos, observe rigorosamente o que determina o art. 68 e §§ da CPCR.

### **ITEM 9 (PJe-JT)**

Recomenda-se:

- a) que a triagem inicial nos processos eletrônicos siga sendo feita diariamente e que entre o ingresso da ação e o momento de designação de audiência, quando esta não se der automaticamente (v.g., processos do rito sumaríssimo), observe-se o prazo máximo de sete dias).
- b) sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os “agrupadores” do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento.

Recomenda-se, ainda:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- que os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.

- que a Unidade Judiciária, sempre com a maior brevidade possível, encaminhe os equipamentos e móveis que já não tenham serventia à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro com vista ao desfazimento desses bens, via doação a entidades e órgãos públicos, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.

### **13 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho da Comarca, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, tendo comparecido, para esse fim, o Advogado Sérgio Rodrigo Colla (OAB/RS 42111), o Presidente da Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agropecuária de Santa Rosa – ACISAP, Mogar Sincak, e o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Santa Rosa - SINTRALOG, Clóvis Schneider, que elogiaram a atuação de juízes e servidores do Foro Trabalhista de Santa Rosa. Os visitantes suscitaram questões relativas ao critério de fixação de honorários periciais e atuação de determinado perito, esclarecendo que já protocolaram denúncia junto ao CREA, entregando à Vice-Corregedora documentação ilustrativa de suas manifestações. A Vice-Corregedora disse, na oportunidade, que quanto às questões jurisdicionais não compete à Corregedoria intervir. No que pertine à mencionada documentação, relativa à atuação de determinado perito, entregou a documentação à Corregedoria para ciência e, se o caso, encaminhamento e deliberação.

### **14 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

### **15 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza titular Raquel Nenê Santos, pela Diretora de Secretaria Larissa Heinen e pelos servidores



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Ana Maria Lucena Adams, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

**CARMEN GONZALEZ  
Vice-Corregedora Regional**